Senado Federal

Concurso Público

POLICIAL

Polícia Legislativa

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 24M1

Policial Legislativo Federal

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Como as abelhas exercem a democracia

Apesar de terem uma rainha, as abelhas tomam decisões usando um processo democrático, que envolve a formação de opiniões individuais e a construção de um consenso coletivo. Agora foi descoberto um novo mecanismo que atua nesse processo. Um sofisticado processo de inibição é capaz de transformar os proponentes da proposta perdedora em defensores da proposta vencedora. Esse mecanismo permite à colmeia atuar unida após o término da eleição.

O processo de formação de uma nova colmeia é bem conhecido. Uma jovem rainha e um grupo de operárias saem da colmeia original e se agrupam em um local próximo. Sua primeira tarefa é decidir onde vão construir a nova colmeia. É uma decisão importante, uma vez que a escolha de um local ruim pode levar a colmeia incipiente à extinção.

Na primeira etapa, o grupo envia as operárias mais experientes para sondar as redondezas. Cada uma delas escolhe o local que acha melhor e defende a sua escolha. Isso ocorre por meio de uma espécie de dança. Essa dança tem duas partes: a primeira consiste em caminhar rebolando em linha reta; a segunda, numa curva sem rebolado, que faz com que a abelha volte para onde iniciou seu rebolado.

O comprimento do percurso em que a abelha caminha rebolando indica a distância até o local proposto; o ângulo da curva indica a direção em que as abelhas têm de voar para chegar ao local. E o número de vezes que ela repete a dança indica a avaliação que ela faz do local. Normalmente, diversas abelhas visitam cada local e fazem a propaganda dele para as colegas. Os diversos partidos políticos (cada um defendendo seu local) dançam até convencer a maioria. Quando isso ocorre, termina a eleição e todas as abelhas, mesmo a rainha, partem para o local escolhido e começam a construir a nova colmeia.

Quando estudaram a maneira como as abelhas analisam as diversas propostas e tomam a decisão (apuração dos votos e declaração da proposta vencedora), cientistas observaram que durante a dança ocorria algo estranho. Enquanto uma abelha dançava, várias outras davam cabeçadas na dançarina – e, dependendo do número de cabeçadas, parecia que ela resolvia parar de repetir a sua dança. Aí eles se perguntaram quem eram as abelhas que davam as cabeçadas.

Para identificá-las, soltaram grupos de abelhas que procuravam um local para fazer uma colmeia em uma ilha deserta, sem locais adequados. Nessa ilha, colocaram duas caixas de madeira adequadas para a nova colmeia. Mas essas caixas continham pequenas quantidades de tinta; assim, as operárias que visitavam as caixas ficavam com as costas marcadas de amarelo (caixa 1) ou rosa (caixa 2). Assim, os cientistas puderam filmar as danças das operárias, identificar as que estavam propondo a caixa 1 ou a 2 (rosa) e contar os votos.

Intriga da oposição. A observação mais interessante foi a identidade das abelhas que davam as cabeçadas. Se uma abelha “amarela” estava dançando, as cabeçadas inibitórias eram sempre das “rosas” e vice-versa. Eles também demonstraram que o número de cabeçadas inibia a quantidade de dança e, portanto, o poder de convencimento das abelhas.

Como as abelhas que possuem maioria têm mais possibilidades de dançar sem levar cabeçadas – e ao mesmo tempo têm a possibilidade de dar mais cabeçadas nas defensoras da proposta adversária –, esse mecanismo leva a uma convergência mais rápida para o consenso. Os cientistas fizeram modelos matemáticos que simulam esse mecanismo de inibição e eles confirmam que a presença de um mecanismo de inibição leva a uma decisão mais rápida, convertendo os perdedores em adeptos da proposta vencedora, garantindo que as abelhas fiquem alinhadas com a proposta vencedora e juntem forças para construir a colmeia no local escolhido.

Nas democracias humanas, não temos um modelo semelhante. Mesmo depois de conhecida a vontade da maioria, é normal os perdedores sabotarem a vontade da maioria. É verdade que muitas vezes ouvimos discursos nos quais o candidato derrotado decreta que “decidido o pleito, vamos trabalhar juntos pela proposta vencedora”, mas na maioria das vezes isso não passa de retórica.

É interessante observar como as abelhas, mesmo com um cérebro minúsculo e comportamentos relativamente simples, implementam um processo democrático eficiente, que resulta na execução rápida e eficaz da vontade da maioria. É uma evidência de que o ego dos políticos humanos é um dos componentes que prejudicam os processos democráticos. Abelhas, afinal, que se saiba, não possuem ego ou orgulho exacerbado nem pecam pela falta de humildade.

(**Fernando Reinach**. *O Estado de S.Paulo*, 12 de janeiro de 2012.)

1

Os cientistas fizeram modelos matemáticos que simulam esse mecanismo de inibição e eles confirmam que a presença de um mecanismo de inibição leva a uma decisão mais rápida, convertendo os perdedores em adeptos da proposta vencedora, garantindo que as abelhas fiquem alinhadas com a proposta vencedora e juntem forças para construir a colmeia no local escolhido. (L.79-87)

De acordo com a ordem em que estão dispostas as orações no período acima, entendendo-se a oração sublinhada e a anterior como subordinadas, é correto afirmar que ela, a sublinhada, é também a

(A) terceira oração principal.
(B) quarta oração principal.
(C) quinta oração principal.
(D) terceira oração coordenada.
(E) segunda oração coordenada.

2

Apesar de terem uma rainha, as abelhas tomam decisões usando um processo democrático, que envolve a formação de opiniões individuais e a construção de um consenso coletivo. (L.1-5)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. É correto depreender que, caso não tivessem uma rainha, as abelhas tomariam decisões usando um processo democrático.
II. É correto depreender que, tendo uma rainha, o esperado seria não usarem um processo democrático.
III. Para não se entender "consenso coletivo" como redundância, a palavra "consenso" adquire o sentido de "anuência".

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

3

Essa dança tem duas partes: a primeira consiste em caminhar rebolando em linha reta; a segunda, numa curva sem rebolado, que faz com que a abelha volte para onde iniciou seu rebolado. (L.24-28)

A primeira ocorrência de vírgula no trecho acima se justifica por ser caso de

(A) zeugma.
(B) separação de oração subordinada adjetiva restritiva.
(C) isolamento de termo deslocado no período.
(D) assíndeto.
(E) separação de aposto.

4

Sua primeira tarefa é decidir onde vão construir a nova colmeia. (L.15-17)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. O período é composto por três orações.
II. Há uma oração reduzida e uma justaposta.
III. Uma das orações não pode ser classificada como subordinada substantiva subjetiva.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

5

É uma decisão importante, uma vez que a escolha de um local ruim pode levar a colmeia incipiente à extinção. (L.17-19)

Da frase acima, é correto depreender que

(A) a escolha ruim seria a explicação da extinção da colmeia.
(B) a extinção da colmeia seria a causa de ser uma decisão importante.
(C) a extinção seria consequência da incipiência da colmeia.
(D) a incipiência da colmeia se tornaria extinção como consequência de uma escolha ruim.
(E) a decisão se tornaria importante como explicação por ser a colmeia incipiente.

6

Assim, os cientistas puderam filmar as danças das operárias, identificar as que estavam propondo a caixa 1 ou a 2 (rosa) e contar os votos. (L.61-64)

No período acima, encontram-se

(A) sete artigos, um pronome e três conjunções.
(B) seis artigos, dois pronomes e três conjunções.
(C) seis artigos, um pronome e duas conjunções.
(D) sete artigos, dois pronomes e duas conjunções.
(E) seis artigos, um pronome e três conjunções.

7

É verdade que muitas vezes ouvimos discursos nos quais o candidato derrotado decreta que "decidido o pleito, vamos trabalhar juntos pela proposta vencedora", mas na maioria das vezes isso não passa de retórica. (L.91-96)

Na frase acima, a palavra "retórica" só **NÃO** pode ser substituída por

(A) logomaquia.
(B) vanilóquio.
(C) lero-lero.
(D) rabularia.
(E) lidimidade.

8

O terceiro e quarto parágrafos do texto contêm, respectivamente,

(A) uma descrição e uma explicação.
(B) uma argumentação e uma descrição.
(C) uma descrição e uma argumentação.
(D) uma explicação e uma argumentação.
(E) uma argumentação e uma explicação.

9

A respeito da leitura do texto e dos sentidos que ele produz, **NÃO** é correto inferir que

(A) um dos elementos que prejudicam os processos democráticos humanos é a falta de humildade.
(B) as abelhas são mais bem-sucedidas na construção de processos democráticos que os humanos, mesmo com cérebro minúsculo.
(C) as abelhas cuja opinião for maioria dançam com mais liberdade e levam menos cabeçadas.
(D) o número de cabeçadas dadas de uma abelha de uma cor é diretamente proporcional à quantidade de dança de uma abelha da outra cor.
(E) a abelha-rainha acata a decisão da maioria da colmeia após o embate político entre as operárias mais experientes.

10

Quando isso ocorre, termina a eleição e todas as abelhas, mesmo a rainha, partem para o local escolhido e começam a construir a nova colmeia. (L.39-41)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima foi realizada em respeito à norma culta e às possibilidades de pontuação.

(A) Quando isso ocorre, termina a eleição; todas as abelhas e mesmo a rainha parte para o local escolhido e começa a construir a nova colmeia.
(B) Quando isso ocorre, termina a eleição – todas as abelhas, e mesmo a rainha partem para o local escolhido, e começam a construir a nova colmeia.
(C) Quando isso ocorre, termina a eleição, e todas as abelhas – mesmo a rainha parte para o local escolhido, e começa a construir a nova colmeia.
(D) Quando isso ocorre, termina a eleição, e todas as abelhas – mesmo a rainha – partem para o local escolhido e começam a construir a nova colmeia.
(E) Quando isso ocorre, termina a eleição e todas as abelhas – mesmo a rainha –, partem para o local escolhido e começam a construir a nova colmeia.

11

Se uma abelha "amarela" estava dançando, as cabeçadas inibitórias eram sempre das "rosas" e vice-versa. (L.67-69)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. Seria correto redigir "as cabeçadas inibitórias eram sempre das 'rosa'".
II. Seria correto redigir "cabeçadas inibidoras" ou "cabeçadas inibitivas".
III. Seria correto redigir "Se uma abelha 'amarela' estiver dançando, as cabeçadas inibitórias são sempre das 'rosas' e vice-versa."

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

12

Assinale a palavra que desempenhe, no texto, função sintática idêntica à de *adeptos* (L.83).

(A) coletivo (L.5)
(B) adequadas (L.57)
(C) melhor (L.23)
(D) juntos (L.94)
(E) alinhadas (L.85)

13

É verdade que muitas vezes ouvimos discursos nos quais o candidato derrotado decreta que "decidido o pleito, vamos trabalhar juntos pela proposta vencedora", mas na maioria das vezes isso não passa de retórica. (L.91-96)

Tomando o trecho acima como discurso direto, assinale a alternativa em que se tenha feito corretamente a passagem para o indireto.

(A) O texto afirma que era verdade que muitas vezes ouvíamos discursos nos quais o candidato derrotado decreta que, decidido o pleito, iríamos trabalhar juntos pela proposta vencedora, mas na maioria das vezes isso não passaria de retórica.
(B) O texto afirma que seria verdade que muitas vezes ouviríamos discursos nos quais o candidato derrotado decretaria que decidido o pleito, iremos trabalhar juntos pela proposta vencedora, mas na maioria das vezes isso não passará de retórica.
(C) O texto afirma que é verdade que muitas vezes ouvimos discursos nos quais o candidato derrotado decretava que decidido o pleito, íamos trabalhar juntos pela proposta vencedora, mas na maioria das vezes isso não passava de retórica.
(D) O texto afirma que era verdade que muitas vezes ouvíamos discursos nos quais o candidato derrotado decretava que, decidido o pleito, íamos trabalhar juntos pela proposta vencedora, mas na maioria das vezes isso não passava de retórica.
(E) O texto afirma que é verdade que muitas vezes ouvimos discursos nos quais o candidato derrotado decreta que, decidido o pleito, iríamos trabalhar juntos pela proposta vencedora, mas na maioria das vezes isso não passaria de retórica.

14

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha valor anafórico.
(A) Sua (L.15)
(B) nesse (L.6)
(C) eles (L.50)
(D) delas (L.22)
(E) Agora (L.5)

15

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que as demais.
(A) inibitórias (L.68)
(B) democracias (L.88)
(C) operárias (L.14)
(D) redondezas (L.22)
(E) formação (L.3)

16

Com base no *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a alternativa correta quanto à grafia de datas.
(A) 11/03/2012
(B) 11-3-2012
(C) 11.03.2012
(D) 11.3.12
(E) 11-03-2012

17

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.
(A) art. 5º
(B) § 11.
(C) arts. 2º e 3º
(D) §§ 9º e 10.
(E) art. 33

18

Assinale a alternativa que **NÃO** está em conformidade com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal.
(A) avenida Rio Branco
(B) Ministro da Educação
(C) Lei Complementar 95/98
(D) carnaval
(E) rio Amazonas

19

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se *Vossa Excelência* para:
I. o Advogado-Geral da União;
II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.
Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)
(A) I e II, somente.
(B) II e III, somente.
(C) I e III, somente.
(D) I, II e III.
(E) III, somente.

20

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:
I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.
Assinale
(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais

21

Com base no que estipula o Regimento Interno do Senado Federal, no caso de Senador usar de expressão insultuosa, o Presidente só poderá suspender a sessão em caso de o Senador em questão
(A) não ter atendido à advertência verbal do Presidente.
(B) não ter acatado a decisão do Presidente de lhe retirar a palavra.
(C) ter se recusado a sair do recinto após determinação do Presidente.
(D) ter ignorado segunda determinação do Presidente para atender ao decoro.
(E) ter ignorado a determinação do Presidente de dar continuidade à sessão condicionalmente ao seu silêncio.

22

O controle judicial da discricionariedade administrativa evoluiu ao longo do tempo, alterando a noção de imunidade judicial da discricionariedade. Várias teorias procuraram explicar e legitimar o controle judicial da atuação estatal discricionária. Nessa linha, as principais teses são
(A) Teoria do Desvio de Poder, Teoria dos Motivos Determinantes e Teoria dos Princípios.
(B) Teoria dos Motivos Determinantes, Teoria dos Poderes Neutrais, Princípio da Proporcionalidade.
(C) Teoria do Desvio de Finalidade, Teoria da Ponderação de Interesses e Teoria dos Poderes Neutrais.
(D) Teoria dos Motivos Determinantes, Teoria da Deslegalização e Princípio da Razoabilidade.
(E) Princípio da Proporcionalidade, Teoria da Ponderação de Interesses e Princípio da Razoabilidade.

23

A respeito da composição da Mesa, com base no que orienta o Regimento Interno do Senado Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nessa ordem, substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.
II. Os Secretários serão substituídos, em seus impedimentos, por Suplentes em número de quatro.
III. O Presidente convidará quaisquer Senadores para substituírem, em sessão, os Secretários, na ausência destes e dos Suplentes.
IV. Não se achando presentes o Presidente e seus substitutos legais, inclusive os Suplentes, assumirá a Presidência o Senador mais idoso.
V. A assunção a cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território e de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital, ou de chefe de missão diplomática temporária, implica renúncia ao cargo que o Senador exerça na Mesa.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I, II, III e IV estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

24

A respeito das sessões secretas no Senado Federal, com base no que orienta o Regimento Interno, **NÃO** é correto afirmar que

(A) a finalidade da sessão secreta deverá figurar expressamente no requerimento, mas não será divulgada, assim como o nome do requerente.
(B) antes de se iniciarem os trabalhos, o Presidente determinará a saída do plenário, tribunas, galerias e respectivas dependências, de todas as pessoas estranhas e de todos os funcionários da Casa, sendo vedada a presença de qualquer servidor.
(C) no início dos trabalhos de sessão secreta, deliberar-se-á se o assunto que motivou a convocação deverá ser tratado secreta ou publicamente, não podendo esse debate exceder a quinze minutos, sendo permitido a cada orador usar da palavra por três minutos, de uma só vez.
(D) a sessão secreta terá a duração de quatro horas e trinta minutos, salvo prorrogação.
(E) somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer, ao Plenário, documento de natureza sigilosa.

25

O artigo 37, §6º, da CRFB prevê a responsabilidade do ente público pelos danos que seus agentes causarem a terceiros. A teoria que justifica tal imputação de responsabilidade é a

(A) Teoria do Mandato.
(B) Teoria da Autonomia.
(C) Teoria do Órgão.
(D) Teoria da Encampação.
(E) Teoria do Risco Integral.

26

Cássio Cassiano, servidor público federal estável, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Desde então, o servidor público federal, também estável, Jonathan Jonas passou a ocupar o referido cargo vago. Ocorre que, inconformado com sua demissão, Cássio Cassiano ajuizou demanda anulatória do ato demissional que, recentemente, foi julgada procedente. De acordo com as formas de provimento dos cargos públicos previstas na Lei 8.112/90, é correto afirmar que Jonathan Jonas deverá ser

(A) reintegrado.
(B) reconduzido.
(C) readaptado.
(D) revertido.
(E) transferido.

27

Com base no artigo 5º da CRFB, analise as afirmativas a seguir**:**

I. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
II. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
IV. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

28

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

(A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
(B) a queda do ditador Muammar Kadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
(C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
(D) a queda do ditador Muammar Kadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
(E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

29

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

(A) David Copperfield.
(B) Victor Hugo.
(C) Émile Zola.
(D) Edmond Rostand.
(E) Charles Dickens.

30

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R$ 1,866 trilhão.
III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Noções de Informática

31

Softwares de correio eletrônico disponibilizam uma opção para o envio de mensagens com cópia oculta. Nesses softwares, deve-se inserir o e-mail do destinatário oculto no espaço identificado pela seguinte referência:

(A) Co: ou Hi:
(B) Hi: ou Cco:
(C) Cco: ou Bcc:
(D) Bcc: ou Para:
(E) Para: ou Co:

32

No Word 2003 em português, o atalho de teclado Alt+Ctrl+F tem por significado inserir no texto o seguinte recurso de formatação:

(A) subscrito.
(B) sobrescrito.
(C) comentário.
(D) índice analítico.
(E) nota de rodapé.

33

Observe a figura abaixo, que mostra uma planilha criada no Excel.

	A	B	C	D	E	F
1	17	30	13	6	11	19
2						
3				Mediana entre todos os números de A1 a F1 =		?
4				Quantidadade de números maiores ou iguais a 11 =		5

As expressões inseridas em F3 e F4 e o valor que deve ser mostrado em F3 são, respectivamente,

(A) =MED(A1:F1), =CONT.SE(A1:F1;">=11") e 16.
(B) =MED(A1:F1), =CONT.SE(A1:F1;">=11") e 15.
(C) =MED(A1:F1), =CONT.NÚM(A1:F1;">=11") e 15.
(D) =MEDIANA(A1:F1), =CONT.SE(A1:F1;">=11") e 15.
(E) =MEDIANA(A1:F1), =CONT.NÚM(A1:F1;">=11") e 16.

34

Um usuário do Windows XP Professional BR está acessando a pasta SENADO FEDERAL no disco C: no Windows Explorer. Estando com essa pasta selecionada, ele pressionou a tecla F2, que tem por objetivo

(A) renomear a pasta.
(B) mover a pasta para a lixeira.
(C) pesquisar um arquivo na pasta.
(D) excluir a pasta de forma permanente.
(E) selecionar todos os arquivos armazenados na pasta.

35

Ao usar o Windows Explorer no Windows XP Professional, versão em português, um funcionário clicou no disco C:. Para procurar a pasta CONTRATOS existente nesse disco, ele deve pressionar uma tecla de função, destinada à busca desejada. A tecla de função é

(A) F1.
(B) F6.
(C) F3.
(D) F4.
(E) F5.

36

Um funcionário do Senado Federal digitou um texto no Word em português. Nessa atividade, selecionou uma citação, mostrada em minúscula, e precisa convertê-la para maiúscula. Para isso, ele deve utilizar o seguinte atalho de teclado:

(A) Shift + F3.
(B) Ctrl + F3.
(C) Alt + F3.
(D) Ctrl + F6.
(E) Shift + F6.

37

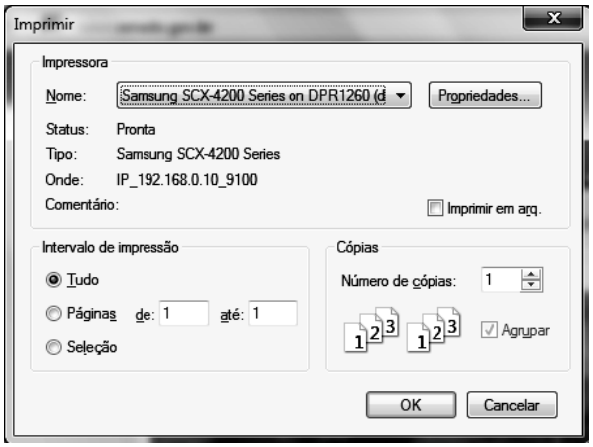
A planilha abaixo foi criada no Excel. Para totalizar o valor mostrado na célula C13, foi utilizada a função SOMASE, com o emprego do recurso referência absoluta. A partir dela e mediante os comandos de copiar e colar, foram inseridas expressões semelhantes em C14, C15 e C16.

	A	B	C
1	SENADO FEDERAL 2012		
3	Mês	Policial	Qtde de dias
4	FEVEREIRO	Claudia	22
5		Delcy	18
6		Emanuel	20
7		Fernanda	19
8	MARÇO	Claudia	15
9		Delcy	16
10		Emanuel	13
11		Fernanda	17
12			
13	TOTAIS	Claudia	37
14		Delcy	34
15		Emanuel	33
16		Fernanda	36

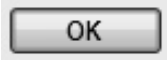
A expressão inserida em C15 foi
(A) =SOMASE(B4:B11;$B$15;C4:C11).
(B) =SOMASE(B6:B13>$B$15>C6:C13).
(C) =SOMASE($B$6:$B$13;B15;$C$6:$C$13).
(D) =SOMASE($B$4:$B$11;B15;$C$4:$C$11).
(E) =SOMASE($B$4:$B$11>B15>$C$4:$C$11).

38

Ao utilizar o browser Firefox Mozilla, um usuário da internet selecionou uma figura no site do Senado Federal e deseja imprimi-la. Para isso, executou um atalho de teclado que mostrou a janela abaixo, ou semelhante a esta, na tela.



Nessa janela, marcou

e clicou no botão 

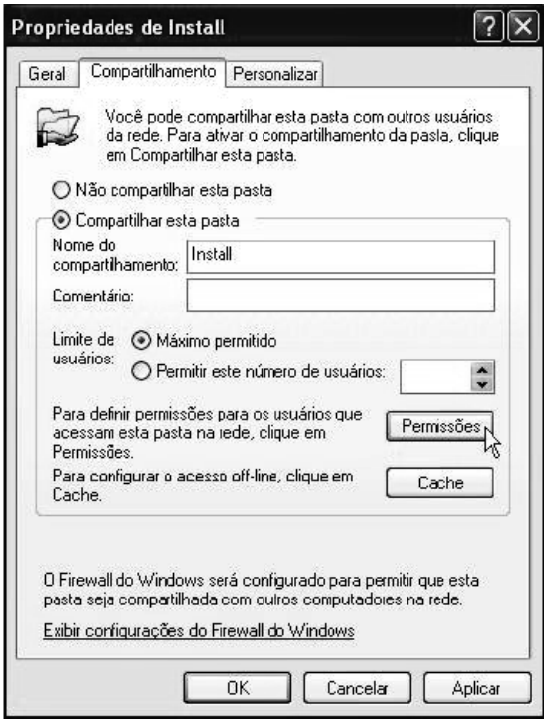
. O atalho de teclado que mostrou a janela acima é
(A) Alt + P.
(B) Ctrl + P.
(C) Shift + P.
(D) Ctrl + I.
(E) Alt + I.

39

Na navegação por sites na internet, um internauta utiliza o browser Internet Explorer 9 BR. Ao acessar um portal seguro, como os iniciados por https://..., o cadeado aparecerá à direita da Barra de
(A) Status.
(B) Menus.
(C) Favoritos.
(D) Endereços.
(E) Comandos.

40

Para realizar o compartilhamento de pastas e arquivos no Windows XP Professional SP2, versão em português, um funcionário realiza o logon no sistema como Administrador e executa os procedimentos a seguir:
I. localizar a pasta ou arquivo que queira compartilhar;
II. clicar com o botão direito do mouse e clicar em compartilhamento e segurança.
Com isso, será mostrada na tela a janela abaixo:



III. selecionar *compartilhar esta pasta* e definir o *nome do compartilhamento*;
IV. clicar no botão *Permissões.*
Na tela de Permissões da pasta/arquivo, por default, estará habilitada a permissão de
(A) Controle restrito.
(B) Controle total.
(C) Ler e Gravar.
(D) Alteração.
(E) Leitura.

Conhecimentos Específicos

41

No estudo da culpabilidade, que para alguns atua como requisito do crime e, para outros, como pressuposto da pena, algumas questões não oferecem controvérsia. A esse respeito, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

(A) A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade.
(B) São causas de exclusão da imputabilidade a doença mental, a menoridade e a embriaguez completa acidental.
(C) A legislação penal vigente adotou o critério biológico puro com relação aos menores de 18 anos, havendo presunção absoluta de sua inimputabilidade.
(D) O erro de proibição pode excluir ou atenuar a culpabilidade.
(E) A coação moral resistível e a obediência hierárquica excluem a culpabilidade por não ser exigível outro comportamento.

42

Tício, funcionário público federal, quando visitava colega servidor lotado em outro órgão público, se interessa por um bem móvel que guarnecia o órgão visitado. Objetivando levar para si aquele objeto do patrimônio público, após desviar a atenção do colega afastando-o do local, o coloca no interior de sua bolsa, saindo em seguida sem ser notado. Diante desse quadro fático, em tese, Tício praticou o crime de

(A) peculato apropriação.
(B) furto qualificado pela fraude.
(C) peculato furto.
(D) estelionato.
(E) apropriação indébita.

43

No estudo da Teoria do Crime, a imputação objetiva relaciona uma série de princípios que objetivam delimitar e corrigir a teoria da equivalência dos antecedentes adotada pelo artigo 13 do Código Penal, procurando complementar a questão do nexo causal. Nessa linha, assinale a afirmativa **INCORRETA** em relação ao estudo da imputação objetiva.

(A) Não há imputação objetiva da conduta quando o risco criado é permitido.
(B) Não há imputação objetiva quando o risco criado é tolerado ou aceito pela comunidade.
(C) Não há imputação objetiva do resultado quando a ocorrência deste não está sob o domínio do agente.
(D) Não há imputação objetiva quando o bem jurídico protegido é disponível e a vítima, seja ela qual for, dá seu consentimento.
(E) Não há imputação objetiva quando o risco criado é insignificante.

44

O Direito Penal busca primordialmente a proteção de algo selecionado pelo legislador dentro de um critério político, somente merecendo sua proteção aqueles bens mais importantes, sempre na ideia de que a intervenção desse ramo do Direito se justifica apenas quando outro não se mostrar suficiente. Qual dos princípios abaixo melhor fundamenta o texto acima no seu ponto fulcral?

(A) Legalidade.
(B) Lesividade.
(C) Intervenção mínima.
(D) Proporcionalidade.
(E) Adequação social.

45

Apesar de ciente do comportamento faltoso de subordinado no exercício do cargo, o superior hierárquico, por indulgência, deixou de responsabilizá-lo. Com aquele comportamento omissivo, em tese, o superior praticou o crime de

(A) prevaricação.
(B) advocacia administrativa.
(C) descumprimento de função.
(D) condescendência criminosa.
(E) tráfico de influência.

46

Segundo o Código Penal, são causas interruptivas da prescrição

(A) o recebimento da denúncia ou da queixa; o cumprimento, pelo agente, de pena no exterior; o início ou continuação do cumprimento da pena.
(B) o recebimento da denúncia ou da queixa; a pronúncia; a circunstância de ter sido resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
(C) a reincidência; a publicação de sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; o oferecimento da denúncia ou da queixa.
(D) o início ou continuação do cumprimento da pena; o oferecimento da denúncia ou da queixa; a reincidência.
(E) a pronúncia; o recebimento da denúncia ou da queixa; a publicação de sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

47

Em relação ao crime de homicídio, observada a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

(A) se trata de crime previsto em lei como hediondo, mesmo em se tratando de homicídio privilegiado.
(B) o homicídio simples, em qualquer hipótese legal, se enquadra como crime hediondo.
(C) apenas o homicídio qualificado se enquadra legalmente como crime hediondo.
(D) o homicídio somente pode ser praticado a título de dolo direto ou eventual, não sendo admitida a forma culposa.
(E) se trata de crime enquadrado como hediondo, sempre que for homicídio qualificado, podendo, ainda, o homicídio simples, em algumas hipóteses legais, ser enquadrado como crime hediondo.

48

São causas excludentes da ilicitude, segundo o Código Penal,

(A) a legítima defesa, o exercício regular de direito e a inexigibilidade de conduta diversa.
(B) o estado de necessidade, o estrito cumprimento do dever legal e a desistência voluntária.
(C) a inexigibilidade de conduta diversa, a desistência voluntária e a legítima defesa de terceiro.
(D) o estrito cumprimento do dever legal, a legítima defesa de terceiro e o exercício regular de direito.
(E) o estado de necessidade, a legítima defesa e a inexigibilidade de conduta diversa.

49

São causas extintivas da punibilidade

(A) o perdão aceito nos crimes de ação penal privada e a graça.
(B) a perempção e o arrependimento eficaz.
(C) a decadência e a desistência voluntária.
(D) a morte e o oferecimento do perdão pelo ofendido nos crimes de ação penal privada.
(E) a prescrição e o sursis.

50

Segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), é **INCORRETO** afirmar que

(A) no procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.
(B) a prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas.
(C) é necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.
(D) em razão de o crime de tráfico de entorpecente ser assemelhado aos hediondos, é possível a aplicação da medida socioeducativa de internação ao adolescente infrator que pela primeira vez foi flagrado na prática de ato infracional.
(E) no caso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à Superior Instância, o juiz proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão.

51

No tocante aos crimes contra o patrimônio, atento à jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

(A) o emprego de arma de fogo desmuniciada tipifica a forma majorada do roubo.
(B) em se tratando de acusado primário, mas com maus antecedentes, ainda que a coisa subtraída seja de pequeno valor, não é possível o reconhecimento da forma privilegiada do furto.
(C) o crime de receptação previsto no artigo 180 do Código Penal e seus parágrafos, dependendo da hipótese respectiva, ora decorre do dolo direto, ora do dolo eventual, ou somente da culpa do agente na aquisição de coisa de origem criminosa.
(D) por se tratar de crime formal, na forma da súmula 96 do STJ, a extorsão não admite a forma tentada.
(E) a ação penal no crime de dano, em qualquer de suas formas, somente se procede mediante queixa.

52

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, com relação à Lei 11.343/06, Código de Processo Penal e a Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) a conduta de trazer consigo substância entorpecente para o fim exclusivo de uso não configura infração penal, tratando-se de mera infração administrativa.
(B) o condenado pelo crime de tráfico de entorpecente jamais poderá obter o benefício da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.
(C) os crimes de tráfico de entorpecente (artigo 33) e associação para o tráfico (artigo 35) são assemelhados aos hediondos.
(D) a materialidade do delito exige a prova por meio de laudo definitivo, que pode ser firmado por apenas um perito oficial.
(E) eventual denúncia anônima não permite que a autoridade policial adote medidas informais buscando conferir a veracidade dos fatos nela denunciados.

53

O Regimento Interno do Senado Federal, seguindo o comando constitucional próprio, regula o procedimento de Emenda à Constituição, adotando um critério rígido. Quanto a esse procedimento, é **INCORRETO** afirmar que

(A) a proposta será discutida e votada em dois turnos.
(B) a proposta será aprovada se obtiver, em um dos turnos, 3/5 dos votos dos membros da Casa.
(C) não será objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes.
(D) não poderá a Constituição ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
(E) a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá emitir parecer no prazo de 30 dias.

54

Quanto ao sigilo do inquérito policial, é correto afirmar que

(A) visando resguardar o sigilo do inquérito policial e a eficácia da investigação, a autoridade policial poderá negar ao advogado que esteja atuando com procuração o acesso aos depoimentos prestados pelas vítimas.
(B) a autoridade policial poderá negar a vista dos autos ao advogado sempre que entender pertinente, desde que o faça em decisão fundamentada.
(C) a autoridade policial poderá negar a vista dos autos ao advogado somente quando o suspeito tiver sido indiciado formalmente.
(D) a autoridade policial poderá negar ao advogado o acesso aos elementos de prova que ainda não tenham sido documentados no procedimento investigatório.
(E) o advogado somente poderá ter acesso aos autos do inquérito policial com autorização judicial.

55

Quanto ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de polícia.

(B) Nos crimes persequíveis por ação penal pública incondicionada, o indiciamento formal do acusado é condição de procedibilidade para a instauração de processo criminal.

(C) Nos crimes persequíveis por ação penal privada, não caberá instauração de inquérito policial.

(D) Nos crimes hediondos persequíveis por ação penal pública incondicionada, o inquérito policial será indispensável para o oferecimento de denúncia.

(E) Uma vez formalizado o relatório final do inquérito policial pelo Delegado de Polícia, o Ministério Público não poderá determinar o retorno dos autos à delegacia de polícia.

56

Quanto ao interrogatório judicial, assinale a alternativa correta.

(A) O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, desde que a prova testemunhal indique ter o réu praticado o crime que lhe é atribuído.

(B) O juiz somente poderá proceder a novo interrogatório se houver requerimento fundamentado de qualquer das partes.

(C) O mudo será interrogado oralmente, devendo responder às perguntas por escrito, salvo quando não souber ler e escrever, situação em que intervirá no ato, como intérprete e sob compromisso, pessoa habilitada a entendê-lo.

(D) Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para reduzir os custos para a Administração Pública.

(E) Nos processos instaurados para apurar o cometimento de infração penal de menor potencial ofensivo, o juiz, quando convencido da prática de crime por parte do acusado, pode determinar que o réu não seja interrogado.

57

Em julgamento realizado no Plenário do Tribunal do Júri, a defesa sustenta a ausência de dolo na conduta do réu e pugna pela desclassificação do crime de homicídio em sua modalidade dolosa para a modalidade culposa. Formulado quesito relativo à mencionada tese, os jurados respondem afirmativamente, de modo a reconhecer a ocorrência de crime consumado contra a vida em sua forma culposa. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) O juiz presidente do Tribunal do Júri não poderá proferir sentença condenatória, por manifesta incompetência do juízo para tanto, devendo, de conseguinte, determinar a remessa dos autos à livre distribuição, para que outro juiz profira a sentença.

(B) Ao constatar que os jurados responderam afirmativamente à tese de desclassificação do crime em sua modalidade dolosa para a forma culposa, o juiz presidente do Tribunal do Júri deverá submeter aos jurados quesitos relativos à pena a ser aplicada.

(C) O juiz presidente do Tribunal do Júri não poderá proferir sentença condenatória, devendo anular o processo desde o recebimento da denúncia, uma vez que todos os atos teriam sido praticados por juízo absolutamente incompetente.

(D) O juiz presidente do Tribunal do Júri poderá proferir sentença condenatória, uma vez que, nesse caso, incide o fenômeno da perpetuação da jurisdição.

(E) O juiz presidente do Tribunal do Júri deverá suscitar o conflito de competência em razão da contradição entre a decisão dos jurados e a sentença que pronunciou o réu e determinou a sua submissão a julgamento pelo plenário.

58

Caio, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é acusado de praticar, no exercício da função pública, o crime de peculato, em detrimento do patrimônio do Instituto Nacional do Seguro Social. A esse respeito, é correto afirmar que compete

(A) à Justiça Federal do Paraná o processamento e julgamento da ação penal a ser instaurada contra Caio, uma vez que a competência deve ser firmada pelo local em que se consumou o crime.

(B) ao Superior Tribunal de Justiça o processamento e julgamento da ação penal a ser instaurada contra Caio, uma vez que a competência deve ser firmada por prerrogativa de função.

(C) ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná o processamento e julgamento da ação penal a ser instaurada contra Caio, uma vez que a competência deve ser firmada pela conjugação dos critérios de territorialidade e prerrogativa de função.

(D) ao Supremo Tribunal Federal o processamento e julgamento da ação penal a ser instaurada contra Caio, uma vez que a competência deve ser firmada por prerrogativa de função.

(E) ao Conselho Nacional de Justiça o processamento e julgamento da ação penal a ser instaurada contra Caio, uma vez que a competência deve ser firmada pela conjugação dos critérios de natureza da infração e prerrogativa de função.

59

Caio se reúne com Tício em seu escritório, localizado no Rio de Janeiro, e o contrata para executar Mévio, seu desafeto político, residente em São Paulo. Cumprindo a ordem de Caio, Tício dispara três tiros contra Mévio, fato ocorrido no bairro do Morumbi, causando-lhe a morte. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) Caio e Tício deverão ser julgados pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, uma vez que os atos executórios do crime ali tiveram início.
(B) Caio deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, uma vez que a sua participação na empreitada criminosa se deu em tal comarca, e Tício deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri de São Paulo, uma vez que o crime ali se consumou.
(C) Caio deverá ser julgado por uma vara criminal comum do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que não realizou o núcleo do tipo penal, e Tício deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, pois o crime ali teve início.
(D) Caio deverá ser julgado por uma vara criminal comum do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que não realizou o núcleo do tipo penal, e Tício deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri de São Paulo, pois o crime ali se consumou.
(E) Caio e Tício deverão ser julgados pelo Tribunal do Júri de São Paulo, pois o crime ali se consumou e incide na hipótese o fenômeno da continência.

60

Caio, integrante de uma central sindical, é denunciado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios perante o juízo singular sob a acusação da prática do crime de lesão corporal de natureza grave, já que, de acordo com a inicial, teria agredido Tício, Senador da República, durante um discurso proferido pelo parlamentar. No curso do processo, a defesa de Caio pleiteia a absolvição de seu cliente, uma vez que, embora tenha ele confessado a agressão, não teria vindo aos autos o exame de corpo de delito e nenhuma testemunha teria deposto em juízo. A esse respeito, é correto afirmar que o magistrado deverá

(A) absolver Caio, uma vez que o crime de lesão corporal grave deixa vestígios e a prova da materialidade há de ser feita pelo exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo a confissão do acusado suprir-lhe a falta.
(B) condenar Caio pela prática do crime de lesão corporal de natureza grave, uma vez que a confissão do acusado é elemento de prova suficiente para atestar a materialidade do delito.
(C) condenar Caio pela prática do crime de lesão corporal leve, uma vez que, ausente o exame de corpo de delito, não há como se determinar a gravidade da lesão confessada por Caio, de modo que deve o juiz aplicar a solução mais benéfica ao réu confesso.
(D) converter o julgamento em diligência, de modo a determinar a acareação entre o acusado e a vítima.
(E) declinar da competência em favor do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que a vítima tem foro por prerrogativa de função.

61

Caio, advogado contratado para patrocinar a defesa de Tício em processo criminal contra ele instaurado, ouve de seu cliente que pretendia matar o promotor de justiça que atuava na causa. Embora tenha desaconselhado o cliente a assim proceder, Caio fica desconfiado de que Tício colocaria em prática o intento criminoso. No dia da realização da audiência de instrução e julgamento, o promotor de justiça é encontrado assassinado em seu gabinete com quatro tiros. Instaurado inquérito para apurar o delito, Tício é denunciado pelo Ministério Público, que arrola Caio como testemunha de acusação. A esse respeito, é correto afirmar que Caio

(A) será obrigado a depor, pois patrocinava a defesa de Tício em processo distinto, não se estendendo à ação penal pela prática de homicídio o sigilo profissional.
(B) será obrigado a depor, pois nenhum indivíduo pode silenciar sobre crime que sabia estar em vias de ser praticado, devendo prevalecer o interesse público.
(C) será obrigado a comparecer à audiência, mas não poderá responder a nenhuma pergunta que diga respeito ao sigilo profissional, ainda que o cliente o tenha autorizado a prestar depoimento.
(D) será obrigado a comparecer à audiência, mas não poderá responder a nenhuma pergunta que diga respeito ao sigilo profissional, salvo se o cliente o autorizar a prestar depoimento.
(E) poderá se recusar a comparecer à audiência, pois o magistrado não poderá dirigir-lhe nenhuma pergunta em razão do sigilo profissional inerente à relação entre advogado e cliente.

62

Quanto ao inquérito policial, é correto afirmar que

(A) nos casos de crimes persequíveis por ação penal pública condicionada à representação, o Ministério Público só poderá pedir o arquivamento da investigação se houver anuência da vítima.
(B) o inquérito policial arquivado a pedido do Ministério Público com fundamento na manifesta atipicidade do fato não poderá ser desarquivado, ainda que venham novos elementos de convicção acerca da ocorrência da conduta anteriormente investigada.
(C) se, requerido o arquivamento do inquérito policial, o juiz discordar do pedido, poderá determinar o retorno da investigação para que o promotor de justiça reconsidere a sua manifestação anterior.
(D) nos crimes persequíveis por ação penal privada, o ofendido poderá requerer o arquivamento do inquérito policial, cabendo ao Promotor de Justiça opinar sobre o pedido, uma vez que o Ministério Público atua como interveniente obrigatório.
(E) o inquérito policial arquivado a pedido do Ministério Público com fundamento na falta de justa causa para a instauração da ação penal poderá ser desarquivado a qualquer tempo com o surgimento de novos elementos de convicção acerca da ocorrência do fato investigado.

63

Com relação aos institutos da prisão preventiva e da fiança, assinale a alternativa correta.

(A) Será admitida a decretação de prisão preventiva para a garantia de ordem pública, da ordem econômica, da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal ou conveniência da instrução penal, independentemente de haver indício suficiente de autoria e da prova da existência do crime.

(B) Poderá ser concedida fiança quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva, desde que seja decretado o comparecimento mensal do acusado ao juízo para prestar esclarecimentos sobre suas atividades.

(C) Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

(D) Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, a vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento, independente das condições pessoais de fortuna do acusado.

(E) Nos crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, o juiz deverá decretar, obrigatoriamente, a prisão preventiva para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

64

A respeito da prisão especial, assinale a alternativa correta.

(A) Na hipótese de não haver estabelecimento específico para o preso especial, não será suficiente o seu recolhimento em local distinto da prisão comum, impondo-se, nesse caso, a revogação da prisão e a imposição de medida cautelar diversa.

(B) Os presos especiais têm os mesmos direitos e deveres do preso comum, de maneira que poderão ser transportados junto com o preso comum, ressalvando-se, apenas, o seu recolhimento, que deverá ser realizado em local diverso da prisão comum.

(C) Serão sujeitos à prisão especial, decorrente do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, os ministros de Estado, os magistrados e os cidadãos diplomados por qualquer das faculdades superiores da República.

(D) A cela especial deverá ser diversa da prisão comum e poderá consistir em alojamento coletivo, desde que respeitados os requisitos de salubridade do ambiente, pela concorrência dos fatores aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana.

(E) Serão sujeitos à prisão especial os senadores da República, os deputados federais, os deputados estaduais, os vereadores, os prefeitos municipais e os seus respectivos secretários.

65

Caio foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo, previsto no artigo 157, caput, do Código Penal, por ter subtraído, mediante o emprego de violência, um cordão de ouro e um relógio das vítimas Tício e Mévio. O produto do crime foi apreendido por ordem da autoridade policial a fim de que instruísse a investigação e, posteriormente, a instrução criminal. Oferecida denúncia e instaurada a ação penal, Caio foi condenado, em primeira instância, a cinco anos de reclusão, em regime de cumprimento de pena inicialmente fechado. Ao cabo da instrução criminal, tanto Tício quanto Mévio alegavam ser proprietários de ambos os bens subtraídos, de maneira que o juiz consignou na sentença penal condenatória que não foi possível apurar devidamente a quem pertenciam o cordão de ouro e o relógio, muito embora tenham sido comprovadas a materialidade e a autoria delitivas. Apenas a defesa interpôs recurso de apelação, em que pleiteou exclusivamente a redução da pena imposta ao mínimo legal, tendo em vista ser Caio réu primário e de bons antecedentes. Com base nas informações acima expostas, assinale a alternativa correta no tocante à restituição das coisas apreendidas.

(A) Por se tratar de produto do crime, os bens apreendidos não poderão, em nenhuma hipótese, ser restituídos, de maneira que deverá ser decretada pelo juízo a perda em favor da União.

(B) O pedido de restituição das coisas apreendidas deverá ser feito enquanto tramitar a ação penal. Na hipótese de ocorrer seu trânsito em julgado, o juiz deverá decretar, imediatamente, a perda dos bens em favor da União, independente de haver requerimento para sua restituição.

(C) Na hipótese de Tício e Mévio ingressarem com pedido de restituição das coisas apreendidas durante a instrução criminal, o juiz poderá decidir sobre a restituição desde logo, mesmo antes de ser concluída a fase probatória da ação penal.

(D) Na hipótese de Tício e Mévio ingressarem com pedido de restituição das coisas apreendidas durante a fase de tramitação da apelação criminal, o juiz deverá remeter as partes ao juízo cível para decidir sobre a questão, ordenando o depósito dos bens nas mãos de depositário.

(E) Decorrido um mês após o trânsito em julgado da sentença condenatória sem que as coisas apreendidas tenham sido reclamadas, o juiz deverá ordenar seu perdimento em favor da União e ordenará que sejam vendidas em leilão público.

66

A respeito do reconhecimento de pessoas durante a instrução criminal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

(A) O indivíduo que tiver de fazer o reconhecimento de pessoa será convidado pelo juízo a fazê-lo, sem que haja previsão legal de qualquer sanção para o não cumprimento justificado do ato.

(B) Na hipótese de haver receio de que indivíduo que tiver de fazer o reconhecimento em Plenário do Tribunal do Júri, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, deverá o juiz providenciar para que esta não veja aquela.

(C) O ato de reconhecimento necessitará ser reduzido a termo, lavrando-se auto pormenorizado que deverá ser subscrito pelo juiz, pela pessoa chamada a fazer o reconhecimento e por duas testemunhas.

(D) A pessoa que se pretende reconhecer deverá ser colocada, se possível, ao lado de outras que com ela guardem qualquer semelhança.

(E) Na hipótese de vários indivíduos serem chamados para efetuar o reconhecimento de pessoa, cada um fará a prova em separado, evitando-se a comunicação entre eles.

67

A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) Assim que tomar conhecimento de fato criminoso, a autoridade policial deverá, independentemente de estado de flagrância, apreender todos os objetos que tenham relação com o crime, ainda que situados dentro de domicílio de pessoa investigada, uma vez que tal hipótese, por imposição legal, se caracteriza como exceção à inviolabilidade domiciliar.

(B) Assim que tomar conhecimento de fato criminoso, a autoridade policial deverá apreender todos os objetos que tenham relação com o fato criminoso, ainda que antes da realização de perícia técnica criminal.

(C) Nos inquéritos instaurados para a apuração de crimes de ação penal privada, poderá o delegado, ao final do prazo de 30 dias para a conclusão do inquérito, arquivá-lo se, fundamentadamente, concluir pela inexistência da prática de qualquer ato criminoso.

(D) Nos crimes de ação penal pública em que houver requisição do Ministério Público para a instauração de inquérito policial, poderá o delegado deixar de instaurar o procedimento investigativo e remeter os autos para o Procurador-Geral de Justiça, que decidirá, definitivamente, a respeito da necessidade da sua instauração.

(E) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.

68

A respeito da *notitia criminis*, assinale a alternativa correta.

(A) A *notitia criminis* deverá conter, sempre que possível, a narração do fato, com todas as suas circunstâncias, a individualização do indiciado e as razões de convicção sobre ser ele o autor do fato e a indicação de testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

(B) A *notitia criminis* deverá conter, sempre que possível, a narração do fato, com todas as suas circunstâncias, a individualização do indiciado, as razões de convicção sobre ser ele o autor do fato e a indicação de testemunhas, com indicação de sua profissão e residência e, necessariamente, a capitulação correta dos crimes sobre os quais versa.

(C) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal de qualquer natureza poderá comunicá-la à autoridade policial, e, esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

(D) Quando versar sobre crime de ação penal privada e o lesado possuir todos os elementos informativos necessários à elucidação do caso, a *notitia criminis* poderá ser ofertada diretamente ao juízo competente.

(E) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, a *notitia criminis* não poderá ser encaminhada ao membro do Ministério Público, salvo nos casos em que a autoridade policial indeferir a instauração de inquérito.

69

A respeito da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

(A) É ilícita a prisão efetuada em razão de flagrante esperado, ou seja, aquele no qual a autoridade policial tem ciência de que a infração possivelmente irá ocorrer e, então, aguarda a sua consumação para prender o autor do fato.

(B) É ilícita a prisão efetuada em razão do cometimento de crime no qual a autoridade, por meio de um elemento provocador, dá ensejo à prática criminosa de terceiros que, ausente tal circunstância, não cometeriam o delito.

(C) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, a qualquer momento, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

(D) Inexistindo testemunhas do fato criminoso, a autoridade policial não poderá lavrar o auto de prisão em flagrante.

(E) Não havendo autoridade policial no local em que se consumou a infração penal, o acusado será imediatamente apresentado ao juízo competente.

70

Preso em flagrante regular pela prática do crime de rufianismo, previsto no artigo 230 do Código Penal, Tício é encaminhado à Delegacia de Polícia Civil no dia 7 de fevereiro de 2012. O delegado, ao lavrar o auto de prisão em flagrante, representa formalmente pela decretação da prisão preventiva, alegando, para tanto, que Tício havia sido previamente condenado pelo delito de homicídio doloso qualificado por motivo fútil, previsto no artigo 121, §2º, inciso I, do Código Penal, de maneira que o término da execução de sua pena se deu no dia 2 de fevereiro de 2007. Com base no caso acima apresentado, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

(A) Ao receber o auto de prisão em flagrante, poderá o juiz conceder liberdade provisória a Tício, haja vista se tratar de flagrante em razão de crime para o qual a lei comina pena máxima de quatro anos de reclusão e pelo fato de não vislumbrar a presença os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

(B) Ao receber o auto de prisão em flagrante, poderá o juiz relaxá-la ao argumento de que não vislumbra a presença dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, e de que Tício não ostenta a característica de reincidente, haja vista o transcurso de mais de cinco anos entre a data da prisão e o término da execução da pena privativa de liberdade.

(C) Caso entendesse pertinente, poderia o próprio delegado, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, conceder fiança a Tício, nos termos do artigo 322 do Código de Processo Penal, haja vista o crime em questão não ter prevista pena máxima superior a quatro anos.

(D) Ao receber o auto de prisão em flagrante, poderá o juiz, em razão das características do caso concreto, e com o fito de garantir a investigação criminal, conceder liberdade provisória e impor, fundamentadamente, a necessidade do comparecimento mensal de Tício ao juízo para informar e justificar suas atividades, sob pena de decretação de prisão preventiva.

(E) Em até vinte e quatro horas após a realização da prisão, deverá o auto de prisão em flagrante ser encaminhado ao juízo competente e, na hipótese de o autuado não informar o nome de seu advogado, deverão ser encaminhadas cópias integrais para a Defensoria Pública.